

## O Brasil de Olavo Bilac e Manoel Bonfim: A construção política de uma identidade nacional através do ensino<sup>1</sup>

Ediôgenes Aragão Santos\* e Regina Maria Monteiro\*\*

**Resumo:** Neste artigo, pretendemos identificar os símbolos que Olavo Bilac e Manuel Bonfim usaram em *Através do Brasil*, para apresentar seu país e sua gente aos leitores que pretendiam fossem estudantes do curso primário. Acreditamos que Olavo Bilac e Manuel Bonfim trazem, em *Através do Brasil*, três elementos emblemáticos dos debates sobre a constituição da nação durante a Primeira República. Esses elementos, a partir do final do século XIX, seriam considerados, no Brasil, fundamentais para a construção da identidade nacional: a) a delimitação geográfica do corpo físico da nação, o território; b) a existência de um passado comum aos habitantes deste território e c) a comunhão de sentimentos e valores destes mesmos habitantes.

**Palavras-chave:** Brasil Século XIX, identidade, nacional, manual escolar, escola primária, imagens, representações.

**Abstract:** In this article, we have intended to identify the symbols that Olavo Bilac and Manuel Bonfim used in *Através do Brasil* to present their country and their people to readers, which they understood to be the students of primary school. We believe that Olavo Bilac and Manuel Bonfim bring, into *Através do Brasil*, three emblematic elements of the debates about the constitution of the nation during the First Republic. Those elements, starting from the end of the century XIX, would be considered, in Brazil, fundamental to the construction of the national identity: a) the geographical delimitation of the physical body of the nation, its territory; b) the existence of a past common to the inhabitants of this territory and c) the communion of feelings and values of these same inhabitants.

**Key-words:** XIX Century Brazil, identity, national, school handbook, primary school, images, representations.

\* Professora Doutora, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da FE - Unicamp.

\*\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da FE - Unicamp, membro do HISTEDBR e professora da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep.

1. *Através do Brasil*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921. Uma nova reedição, organizada pela Profa. Marisa Lajolo do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) - Unicamp, foi publicada na coleção "Retratos do Brasil" pela Editora Cia. das Letras, no ano de 2000.

Este artigo problematiza o sentido político dos símbolos (imagens e sentidos), presentes no manual de ensino *Através do Brasil* (1921), de autoria de Olavo Bilac e Manoel Bonfim. Ao analisarmos *Através do Brasil*, tomamos por símbolo aquilo que “se expressa por uma imagem, que é seu componente espacial, e por um sentido, que se reporta a um significado para além da representação explícita ou sensível,” mas que tem por referência a realidade, não sendo dela, no entanto, uma expressão literal (Pesavento, 1995, p. 22).

Escrito em 1910, para os estudantes do curso primário da Nação recém-criada, teria como objetivo apresentar o país e seu povo aos seus leitores, na sua diversidade racial, econômica, social e cultural, enfatizando os valores básicos necessários a uma coesão nacional e à formação de um sentimento de “pertencimento” à Pátria.

Com estes objetivos, os autores constroem a narrativa da viagem de Carlos e Alfredo, jovens de classe média, com quinze e dez anos de idade, respectivamente, que, diante da suposta morte do pai, deixam, por sua própria conta, a escola onde estudam em Pernambuco, partindo rumo ao Rio Grande do Sul, onde teriam parentes; no caminho encontram Juvêncio, garoto pobre nordestino, com aproximadamente a mesma idade de Carlos, que, vítima de maus tratos do padrasto, também deixa a casa da mãe adotiva e dirige-se à Bahia. Juntos irão, os três, empreender a viagem até a Bahia, conhecendo, nas palavras de Bilac e Bonfim, “a vida brasileira, – as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos”.

## A disseminação de algumas idéias

O século XIX foi o século da sacralização da Ciência consolidando a primeira Revolução Industrial, fazendo triunfar a fé na razão, no progresso e na indústria.

O Ensaio do Conde de Gobineau sobre as “Desigualdades da Raça Humana”<sup>2</sup>, publicado em Paris em 1853, dá continuidade à série de textos, estudos e publicações que identificam a superioridade das raças puras em detrimento da miscigenação racial no Novo Mundo, associando nitidamente a noção de raça à de classe social e ao conceito de cultura. Para Gobineau a miscigenação é a imagem natural da degradação da espécie e causa da decadência cultural, considerando os mestiços como uma sub-raça.

As teorias evolucionistas de Darwin<sup>3</sup> – que afirmavam que os organismos tendem a se adaptar ao ambiente, criando formas mais complexas e avançadas de existência que possibilitam, pela competição natural, a sobrevivência dos seres mais aptos e evoluídos, associadas ao racionalismo do positivismo científico e social de Auguste Comte<sup>4</sup> e ao organicismo de Herbert Spencer<sup>5</sup> – levam os cientistas a aplicar os princípios e métodos de investigação física positivista comtiana na análise das relações sociais e da sociedade.

2. Arthur de Gobineau de *Essai sur les Inégalités des Races Humaines*, publicado em 1853, Paris Pléiade, 3 Tomos. Gobineau foi designado em 19 de junho de 1868 como Ministro da França junto à Corte no Brasil, permanecendo entre nós de abril de 1869 a maio de 1870. Passou para a História, como nos lembra C. Levis-Strauss, como o “pai do racismo”.

3. Charles Robert Darwin (1809/1882), médico, clérigo e naturalista inglês, é autor da Teoria da Evolução das Espécies, publicado em Londres em 1859, cujo título original é “*Origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*” (trad. livre: “A origem das espécies através dos meios de seleção ou a conservação das raças favorecidas na luta pela vida”)

4. Sobre o tema consultar COMTE, Auguste. *Discours sur l'ensemble du positivisme*, Paris, 1848

5. SPENCER, Herbert. *Do progresso, sua lei e sua causa*, Lisboa Editorial Inquérito, s/d.

O olhar etnocentrista, determinista e evolucionista passará a impregnar o pensamento político da *intelligentsia* brasileira e a explicar o nosso atraso em relação aos países europeus industrializados. As elites agrárias e urbanas encaminharão soluções para resolução dos diferentes problemas enfrentados no processo de construção da Nação, ignorando a diversidade das culturas, raças que vão constituir a jovem Nação, sejam seus valores morais, religiosos e estéticos.

As Nações industrializadas teriam uma “missão civilizadora” a cumprir recolonizando o novo Mundo, impondo seus valores, crenças, hábitos e comportamentos às sociedades consideradas atrasadas e tradicionais, com a adesão cultural das elites intelectuais e dirigentes locais.

O preconceito contra negros, índios, miscigenados e brancos pobres, homens sem bens, recursos e propriedades, é identificado nos debates teóricos, nos discursos dos homens públicos, dos intelectuais oriundos de camadas intermediárias, na produção literária e especialmente nos manuais didáticos publicados entre 1870-1920, revelando a discriminação racial e social no período que antecede a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República em 1889.

Os valores defendidos pelas elites republicanas, economicamente ativas, para inserir a jovem Nação na civilização Ocidental Moderna, na ordem e no Progresso, ou seja no âmbito da Democracia, do Nacionalismo e do Industrialismo, em curso na Europa, deixa o populacho à margem da história, pois lhe será negado, constitucionalmente, o direito à participação política.

A Constituição Republicana eliminou a seleção pela renda, mas manteve a seleção pela instrução. Os analfabetos não votam<sup>6</sup>. A forma como se deu a incorporação do povo à Nação vai determinar o seu grau de participação política, excluindo o povo do acesso à cidadania.

Caberia às elites locais, introduzir os valores do mundo civilizado nas relações sociais, econômicas e culturais.

Leite<sup>7</sup>, chama nossa atenção para as implicações da interpretação que faz Sílvia Romero da realidade brasileira, à luz das teorias científicas e naturalistas européias que penetraram no país na segunda metade do século XIX, as quais impregnam os estudos sobre o homem brasileiro até os anos 20, influenciando, entre outros, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e, inclusive, Gilberto Freyre. O sentimento de “pertencimento” à Nação, em construção, passava pelo embranquecimento da raça, pela educação para o trabalho, por uma política de eugeniação do povo brasileiro, elementos considerados pelas elites para viabilizar a transição para uma nova ordem econômica, política e social que permitira ao país sair do atraso em que se encontrava, abrindo caminhos para o desenvolvimento e progresso nacional. A educação passa ser a solução para todos os males nacionais e a ela caberia construir e formar simultaneamente a Pátria, a Nação e o povo.

6. A Reforma Eleitoral oriunda da Lei Saraiva de 1870 excluiu, no processo de construção da República, a participação dos analfabetos, ou seja, 85% da população, tornando a educação instrumento político.

7. Vide a crítica que Dante Moreira Leite faz em “O Caráter Nacional Brasileiro” aos intelectuais brasileiros, adeptos da teorias raciais, interpretando, a partir delas, a realidade histórica brasileira; sem negar a contribuição de Sílvia Romero, autor de “História da Literatura Brasileira”, que critica e aponta o reducionismo histórico de sua interpretação, p. 192-210.

O discurso pronunciado por Carneiro Leão<sup>8</sup>, “Os Deveres das Novas Gerações”, em 1922, apesar do apelo veemente para que as novas gerações, nascidas com a República, se engajem na construção de uma nação soberana, evidencia, ainda, a permanência dos conceitos teóricos preconizados pelo positivismo comtiano e pelos métodos das Ciências Naturais na análise das relações culturais e sociais, apontando a educação como a maior necessidade do Brasil, apesar de afirmar que “Era preciso ver o Brasil com um novo espírito, capaz de sacudir a vida nacional, acordando-a para a realidade do mundo contemporâneo”(…) “No nosso país precisamos de cultura, por toda a parte e para tudo: cultura física, higiênica, profissional, mental, moral, social, política e cívica... Que diz educação, diz formação, diz organização, diz adaptação. Formar a nacionalidade e o país, organizá-los e adaptá-los à hora atual do mundo são os fins da cultura que proclamamos.”

### Construindo outras idéias

*Através do Brasil* deveria cumprir dois objetivos, segundo os autores assinalam na sua parte introdutória: servir aos propósitos de conteúdo das diversas disciplinas ministradas pelos professores nas escolas primárias e, principalmente, “conter em si mesmo uma grande lição”. Os próprios autores, ainda na parte introdutória do livro se encarregam de esclarecer qual seria esta “grande lição”: dar à criança uma “visão geral do Brasil”: a) através da natureza com a qual ela estaria em contato e b) “através da vida que ela teria que viver e da qual já participava” (Bilac, 1921).

Os autores trazem, então, em *Através do Brasil*, três elementos que, a partir do final do século XIX, constituiriam a identidade nacional:

- a) a delimitação geográfica do corpo físico da nação, o território;
- b) a existência de um passado comum aos habitantes deste território e
- c) a comunhão de sentimentos e valores destes mesmos habitantes.

Os personagens de *Através do Brasil* compartilham esses três elementos com seus leitores e, à medida que a narrativa se desenvolve, vai se tecendo a trama do amor fraterno e solidário que extrapola o espaço delimitado pela família nuclear, atingindo a todos os personagens indistintamente. As relações de solidariedade e fraternidade minimizam as diferenças sociais, unindo os indivíduos em torno de objetivos comuns, permeados por questões éticas e morais, que irão definir o sentido político e as qualidades do cidadão (Orlandi, 1997).

Para Bilac e Bonfim, era fundamental que a criança compreendesse seu papel no seio familiar e “os laços e deveres de afeto que ligam as pessoas de uma mesma família”. Assim definem textualmente a família à qual se referem: “o conjunto das pessoas que vivem na mesma casa, sob um mesmo teto e sob a direção moral de um chefe, e o conjunto de todos os parentes (...)”. Mas, ao findar a leitura de *Através do Brasil*, o que encontramos é a grande família formada pela pátria brasileira e então aprendemos que do mesmo amor fraterno e solidário que

8. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *A Margem da História da República*, Tomo I, p. 19-30, Brasília: Editora da UnB, 1981.

marca os membros da família nuclear, capaz por vezes de verdadeiros sacrifícios, deveriam ser capazes os indivíduos que compõem uma nação, uma vez que esta fraternidade e solidariedade são legitimadas pela naturalidade do desenvolvimento de tais sentimentos entre membros de uma mesma família, no caso, a pátria brasileira.

*Através do Brasil* oferece oportunidade para se aprender lições dos mais diversos ramos do conhecimento: português, história, geografia, geometria, matemática, cosmologia etc., mas fundamentalmente se aprende com este livro a lição mais cara de todas para intelectuais como Bilac e Bonfim, no contexto de sua época: uma lição de moral e civismo, o irmanar-se no amor à pátria, com todos os deveres sociais e os instintos de solidariedade e sacrifícios que esse “irmanar-se” comportava.

A grande lição de Bilac e Bonfim será dada através das imagens com as quais os autores apresentam o país aos seus leitores. Da materialidade da sua natureza exuberante, do caráter da sua gente, da grandeza do seu passado, do seu glorioso porvir, surge enfim um outro personagem nesta história. O Brasil é instituído enquanto um ser dotado de corpo, alma, passado e futuro.

### Corpo (a natureza exuberante)

Os autores irão compor a imagem da nação Brasil, agregando, à medida que a narrativa se desenvolve, as partes que compõem a totalidade de seu território. Salientando que estão preocupados com o que distingue o país, e portanto com o que lhe dá identidade, buscam a materialidade dessa identidade. Elegem, então, o rio São Francisco e sua região para ambientar a maior parte da aventura, pois este seria, para eles, “o grande rio essencialmente, unicamente brasileiro”.

Na viagem, os meninos irão construir o traçado do país. A partir do São Francisco, fazem o seguinte trajeto: Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia; neste ponto Carlos e Alfredo seguem para o sul, passando pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; Juvêncio ruma para o norte através de Alagoas, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas. Encontramos, então, a delimitação política do país, representada pelas fronteiras estaduais e nacional.

Mas o corpo da nação não se resume à dimensão territorial de suas fronteiras. O universo físico também é apresentado ao leitor no decorrer do texto.

A alternância das descrições sobre a natureza: paisagens montanhosas, cheias de florestas/paisagens áridas sob um sol escaldante, assinala a dimensão grandiosa do país, resumida na fala de um dos vários personagens secundários, que tendo já viajado por todos os estados do Brasil, jamais se cansava de tamanha beleza. Assim, as descrições se sucedem. Da janela do trem no qual viajam, os garotos podem observar “as águas muito claras, batidas de sol, correndo encachoeiradas, entre pedras, borborinhando e espumando.... Já o trem conseguiu vencer a distância entre São Paulo e a serra de Cubatão”, *muralha grandiosa* (grifo meu) que se ergue em face do oceano...” Mas a materialidade de seu esplendor é apresentada definitivamente ao leitor, nas quedas da Cachoeira de

Paulo Afonso, *mais belo espetáculo de toda terra, mais formosa maravilha da Natureza* (grifo meu).

Os dizeres sobre a magnitude da natureza brasileira são vários, assim como várias são as descrições da aridez do sertão: “a estrada era boa, mas desabrigada, sem árvores, cortando terrenos despovoados e secos, muito castigados do sol... Mas logo depois começou o campo deserto, duro e seco. Poucas árvores havia, mirradas, retorcendo no ar os galhos desfolhados...” No entanto, Bilac e Bonfim logo tratam de reconciliar os filhos com a mãe pátria pois a terra que parece castigar, também é a mãe que abriga e alimenta. Segundo Juvêncio, “a terra é muito rica e nunca nega sustento a quem sabe tratá-la: dá o milho, o feijão, a mandioca, o algodão, o fumo, a cana; e além de alimentar os homens, ainda alimenta os bois, os carneiros, as cabras, os cavalos que, bem tratados são para o criador uma verdadeira fortuna”.

Reconciliado com a mãe protetora, o leitor se depara com sua grandiosidade, e a observa nas mais de quarenta fotos que retratam as paisagens do Brasil, sendo assim enredado pela plenitude do amor filial.

Através da natureza, Bilac e Bonfim tecem uma trama em verde e amarelo: nos campos onde a perder de vista estendem-se “vales cobertos de mato, e campos imensos e ondedados, tapetados de um curto capim verde-amarelo...” no ouro em Minas Gerais “que toda a gente pode apanhar[,] que aparece à flor da terra, no leito dos riachos e córregos...” ou no céu que Alfredo contempla “cheio de estrelas”, apesar da noite sem luar. Os autores congregam todos os indivíduos sob o manto das cores nacionais. Já não são negros, brancos ou índios, mas um indivíduo único que se funde na mãe pátria.

O efeito dessa construção é bem expresso pelo ar de admiração, júbilo e ufânismo com que Alfredo constata: “– Como é grande o Brasil!”

## Alma (os valores do homem cordial)

Se o território demarca o corpo da nação, seus habitantes são a expressão da sua alma, manifesta nos valores traduzidos pelo seu comportamento. Coragem, bondade e harmonização dos esforços em busca de um objetivo comum<sup>9</sup> marcam os personagens de *Através do Brasil* e são, para Bilac e Bonfim a “fórmula da educação humana”. Assim, se um ou dois casos se apresentam<sup>10</sup> em que essas características não se incorporam, funcionam, na narrativa, como reforço dos sentimentos que os autores apontam como necessários à formação da criança. É esse o objetivo que atribuem como missão a Carlos, Alfredo e Juvêncio: “serem admirados no que representam de *generoso e nobre* (grifo meu) os estímulos que os impeliram nos diversos transe por que passaram”. Porém, se estas características se colocam como necessárias à formação de seus leitores, confundem-se com a própria natureza de seu povo porque intrínsecas à própria essência do ser brasileiro. Lavadeiras, tropeiros, comerciantes, profissionais liberais e tantos outros personagens que participam da narrativa, são, assim, ins-

9. A movimentação dos personagens se faz no sentido de auxiliar os meninos a chegar ao seu destino.

10. No caso, podemos citar os ladrões de cavalos ou a briga, presenciada por Juvêncio na praça da matriz.

tituídos no “homem cordial”, possuidor de uma bondade intrínseca, sinônimo de um “capital sentimento” (Holanda, 1977, p. 106) na mesma acepção criticada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.

*Através do Brasil* é permeado por situações em que esse capital sentimento está presente. Em vários momentos os personagens principais são recebidos com afabilidade e carinho em casa de pessoas que sequer conheciam, ou são motivo de outras formas de solidariedade: um sitiante, homem “*de bom coração*” (grifo meu), os acolhe com afabilidade”, dando-lhes agasalho e comida “boa e abundante”; um carreiro, “*homem expansivo e amável*” (grifo meu), que, com os meninos, divide seu próprio alimento; um senhor, que atua como médico não os havendo naquelas paragens, “*bom homem*” (grifo meu), que além de orientar os doentes ainda, “muitas vezes lhes dava remédios ou dinheiro” para as despesas; um comerciante baiano que os recebe e pelo qual os meninos já começavam a “*sentir-se atraídos*, pelo seu ar simpático e bondoso”. Mas esses são apenas alguns exemplos dos vários que poderíamos coletar pelo texto, onde ainda o leitor pode identificar expressões como: “*é uma boa gente, muito honrada*. O sertanejo é sempre sério e fiel (...) gosta de praticar o bem”; ou “(...) lavadeiras, – mulheres simples, francas e *hospitaleiras*, como em geral, todos os habitantes do sertão”. Porém, os autores não se restringem ao sertão. O mesmo tratamento é dado aos habitantes de outros Estados. Falam também do “*progresso moral*” (grifo meu) de São Paulo, ou da “força da alma” e da “alegria extraordinária dos gaúchos”, onde “os homens são naturalmente *corajosos* (grifo meu), incapazes de uma traição (...)”.

Essas qualidades aparecem como um gesto natural do personagem e, portanto, como constituinte de seu caráter. Como característica que o identifica e define. À medida que os personagens do livro se confundem com os indivíduos reais<sup>11</sup>, suas qualidades e gestos são transmutados para o real. Este real, tal qual o querem Bilac e Bonfim, adquire um estatuto verídico, afinal, como eles próprios afirmam, procuram apenas um pretexto para apresentar a realidade. Na materialização dos personagens a pátria é novamente instituída como ser autônomo.

À medida que os autores desenvolvem a narrativa e compõem o perfil do “homem cordial”, outras idéias são apresentadas aos leitores, não mais enquanto traço de personalidade, mas enquanto valores que delimitam o homem de bem. Esses valores têm sua origem no pensamento liberal e irão ser consagrados pelo positivismo. São eles: a idéia do trabalho, enquanto ato que enobrece o homem e a idéia da competência, que dá a cada indivíduo o seu lugar social.

Tais valores não são apresentados do mesmo modo. Enquanto a valorização do trabalho é feita de forma direta, através de máximas que funcionam como fórmulas a serem seguidas<sup>12</sup>, a idéia de competência é dissimulada no comportamento dos personagens principais e na forma como a um e outro é atribuído um destino já determinado.

11. Bilac e Bonfim ressaltam a aproximação que desejam fazer com a realidade e explicam que por isso escolheram utilizar fotos e não desenhos

12. A respeito ver ORLANDI, Eni. Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. Sociedade e Linguagem. Campinas (SP), Editora da Unicamp, 1997.

No texto, o conceito trabalho aparece indissolúvelmente ligado ao conceito homem no seu sentido ontológico. É assim que Juvêncio conta como, ao completar certa idade, seu padrasto o levava para aprender um ofício, querendo, para utilizar suas próprias palavras, “fazer dele um homem”. O mesmo conceito aparece em outras cenas reforçando esta idéia, mas é no contentamento de Alfredo que ela se expressa com mais força: a certa altura, necessitando de dinheiro para continuar a viagem, Carlos e Juvêncio empregam-se em uma fazenda para a colheita do algodão, o menino também os ajuda “muito orgulhoso, por poder dizer que também era capaz de trabalhar”. O conceito trabalho aparece então, carregado de um sentido positivo, sendo constantemente recolocado, em termos da competência necessária à sua realização, o que acaba por remeter à necessidade de se identificar a que indivíduos caberiam quais ofícios.

O problema da definição de competência para a realização de determinados ofícios, aparece diluído nas relações que os personagens mantêm entre si e na relação que estabelecem com a instituição escolar. Portanto, o problema da competência é resolvido, em última instância, através da identificação dos lugares sociais que os personagens ocupam na narrativa. Assim é que todos possuem as primeiras letras, isto é, sabem ler e escrever, mas somente alguns deles continuam sua formação escolar. Pode-se perceber esta distinção nos personagens Carlos, Alfredo, Rodolfo, Juvêncio e Manoel. Aos dois primeiros, filhos de engenheiro, e ao terceiro, filho de deputado, estava reservada uma formação acadêmica de grau superior, tanto assim que Rodolfo é encontrado pelos personagens principais no momento em que está indo para o Rio de Janeiro prestar exames (depreende-se que para o Colégio Pedro II); aos dois últimos fora dado apenas os rudimentos de leitura e aritmética, conhecimento suficiente para o tipo de tarefa a que se propunham: Juvêncio seria ferreiro, Manoel, “braço direito” do patrão em uma fazenda de criação de gado.

Ao longo do texto, os autores estabelecem ainda uma diferenciação entre conhecimento erudito e conhecimento empírico, identificando, portanto, o lugar da formação escolar no processo de construção da civilização, conceito intrinsecamente ligado à noção de progresso. Carlos possui o conhecimento erudito, adquirido através da instituição escolar; é através da sua voz, ou da inter-relação com a sua pessoa, que à narrativa se incorporam elementos de cientificidade: ele guarda (ou porque fala, ou porque ouve falar) os fatos da história do país e os fundamentos científicos de alguns processos de produção. Juvêncio, principalmente, mas também outros personagens do sertão, – onde ainda, segundo os autores “a civilização” não havia “penetrado”, – trazem o conhecimento empírico, associado à sobrevivência: através do conhecimento de Juvêncio é que os meninos podem arranjar água (riachos), comida (pesca) ou local para pousada.

A escola aparece, então, invariavelmente ligada a idéia de progresso econômico e moral, afirmado explicitamente a propósito de comentário sobre São Paulo onde, segundo os autores, o progresso moral era extraordinário, pois a instrução primária e o ensino profissional eram o orgulho do estado. Assim, o conhecimento erudito guarda o progresso, e é quando se processa a distinção entre civilização e barbárie.



Os autores, dessa forma, no desenvolvimento da narrativa, vão cumprindo seu objetivo: apresentar e preparar a criança para a vida que ela tinha que viver.

Ao final, as noções de progresso e civilização agregam-se ao ser brasileiro, fundindo-se na idéia da pátria. A grande nação aparece como fato inexorável do porvir e os leitores podem, então, fazer coro a Alfredo quando este exclama:

— *Bravo! (...) que gente!*

### Passado (força e coragem)

A personificação desse país, apresentado em corpo e alma, durante toda a narrativa, completa-se quando os autores informam seus leitores sobre a sua história e constroem a idéia de um futuro grandioso como fruto de um presente onde se podia notar um grande avanço econômico e científico.

A primeira informação sobre sua história delimita seu nascimento. Ao passar diante de um engenho de açúcar, Alfredo afirma que a construção deveria ter mais de mil anos, ao que Carlos retruca lembrando ao irmão que o próprio país não tinha mil anos, havia “pouco mais de quatrocentos anos” apenas “que o Brasil havia sido descoberto!” Assim, Bilac e Bonfim apresentam o marco inicial, o nascimento: o Brasil somente passa a existir quando aqui chegam os europeus, isto é, a civilização. Esta mesma civilização que, através destes mesmos europeus, atinge os indígenas e, no momento em que o livro é escrito, significa um marco distintivo da nação.

Através de Carlos, os autores explicam a diferença entre os indígenas que aqui residiam antes da chegada dos europeus e aqueles que residiam no país na época em que a narrativa se desenvolve, após séculos de contato com a civilização. O irmão mais velho vai explicando que antigamente os índios “comiam os seus prisioneiros, andavam nus, não tinham casas tão boas quanto” as que eram feitas então, “caçavam e pescavam para se alimentar e viviam em guerra entre as tribos”, e que, embora ainda existissem, em certas regiões do país, algumas tribos que conservavam “a sua vida independente e os seus costumes ferozes (...) perto das povoações, já todos eles se iam convertendo à vida civilizada...” Para reforçar a idéia de civilização, os autores anexam ao texto foto de uma tribo guarani vestida com trajes citadinos, com a seguinte legenda: “Índios guaranis civilizados”.

O conceito civilização, tal qual o conceito trabalho, é revestido de um sentido positivo, cuja principal característica é a ausência de conflitos. Não há resistência. Assim, após a submissão do indígena pelo bandeirante, estabelece-se uma convivência pacífica entre ambos. Segundo Carlos, Diogo Álvares, o Caramuru, “viveu muito tempo entre os índios, casando-se com uma rapariga da tribo”. Ainda que os autores utilizem a palavra dominação para qualificar a relação que se estabelece entre o bandeirante e o indígena, o texto constrói uma imagem de relação harmônica.

Além da harmonia e da ausência de conflitos, os autores trazem do passado outras imagens que constituem o caráter nacional: força e coragem são personificadas pelo bandeirante, que o leitor é ensinado a admirar. Este conhece, então, a saga desses homens, na descrição que um engenheiro de minas faz a Carlos: “Ah!

Esses bandeirantes! (...) Aqueles homens invadindo o sertão criaram o Brasil. (...) desbravaram as florestas virgens, e exploraram todo o território de São Paulo, de Minas, de Goiás, e de Mato Grosso. E quantos episódios heróicos, quantas aventuras épicas! (...)”. No entanto heróis, como Anita Garibaldi e Pedro I, entre outros, também são apresentados aos leitores trazendo a mesma imagem de força. Essa idéia de força é sintetizada na fala de um dos personagens quando afirma que a “história de São Paulo é uma bela lição”, pois ainda existia a “lição dos bandeirantes”.

Do passado surgem, então, as explicações para o grandioso futuro que aguarda o Brasil.

### Futuro (nacionalismo, ordem e progresso)

Força e coragem são identificados como impulso para o progresso que o país apresentava, concretizado pelos elementos de civilização que já constituíam o caráter do povo brasileiro, e que deveriam ser cultivados pelos jovens leitores de *Através do Brasil*. Bilac e Bonfim apresentam, então, aos seus leitores índices visuais do progresso na nação, complementados por descrições da economia que atribui a cada estado uma fonte de riqueza. Assim, são recorrentes nas fotografias que incorporam ao livro, imagens da arquitetura de suas pontes, a fachada de seus prédios, sintetizadas pela Avenida Central do Rio de Janeiro. São imagens de civilização presentes em todo o país. Apesar dos senões, o Brasil é apresentado com a face da capital federal, afinal, os próprios autores advertem que não seria aconselhável mostrar a seus pequenos “leitores, aspectos imotos, apagados e mortos do país”.

Ao lado das imagens arquitetônicas exuberantes, com as quais os autores recheiam o livro, aparecem informações e descrições da economia que confirmam e reforçam a idéia de progresso e civilização, associada à tenacidade da gente brasileira e à teia de relações solidárias que entre ela se estabelece. Assim, os imigrantes são integrados ao povo brasileiro de forma pacífica e ordenada. Os autores assim descrevem a vida do imigrante nas fazendas de café: “cada fazenda tem a sua colônia, que é uma fila de casas, bem arruada, onde moram esses colonos estrangeiros”; ou em um bairro operário: “o Brás é populosíssimo, e quase exclusivamente habitado por italianos; aqui residem, em grande parte, operários. (...) é uma raça boa, inteligente, dotada de vivo gênio de iniciativa. Os italianos têm feito muito pelo progresso do Estado”.

Somada à harmonia estabelecida entre o povo, há a integração entre a indústria e a agricultura, reforçando o quadro do progresso nacional. Rio de Janeiro e São Paulo, são as artérias do país. É nestes Estados que se concentram as indústrias, um comércio desenvolvido, além do cultivo da maior fonte de riqueza da época: o café. O leitor é enredado pela descrição dessas riquezas, sintetizadas pelo frenesi da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, onde, um “turbilhão de pessoas agitavam-se em todos os sentidos, acotovelando-se, todas apressadas, indiferentes umas às outras, num movimento contínuo”, associada à descrição da cidade de São Paulo, onde “as lâmpadas elétricas jorravam luz ofuscante; esplendiam

as fachadas dos teatros e dos cinematógrafos e os mostruários das luxuosas lojas (...) de variados artigos. (...) Cruzavam-se os bondes, as carruagens atreladas, os automóveis”. No entanto, embora de forma não tão vertiginosa quanto se apresenta em São Paulo e no Rio de Janeiro, os outros Estados participam deste frenesi, na medida em que sua produção se destina à economia de exportação. Os autores, então, para cada região do país, vão indicando um produto que participa da riqueza nacional: a borracha da Amazônia, o ouro de Minas Gerais, o açúcar e o algodão no norte e nordeste, o gado no sul.

Todos os Estados, então, se integram na idéia de progresso e dela participam. A imagem que melhor sintetiza esta idéia é construída pela expansão das ferrovias que os autores atribuem a todo o território nacional. Segundo um dos personagens já seria possível “atravessar todo o Brasil, por terra, não a pé, como os bandeirantes, mas em caminho de ferro”, informando a seguir os caminhos por onde a ferrovia passava. A ferrovia, nestes termos, completa a integração do território, concretizando a materialidade do progresso alcançado pelo país.

### Considerações finais

O momento em que Olavo Bilac e Manoel Bonfim escrevem, justifica o otimismo, que apresentam em *Através do Brasil*, quanto ao futuro do país. Afinal, havia apenas meio século que o Brasil começara a alterar suas feições predominantemente agrárias para criar condições para o desenvolvimento de uma economia diversificada, com a instalação de várias indústrias, ainda que ligadas à produção do café. Apesar de uma existência efêmera, o Rio de Janeiro registrara, em 1882, a fundação da primeira associação de industriais do país; entre 1889-1890, nascem as primeiras associações operárias; registrava-se, ainda, outros pólos de atividades industriais em Belém, Recife, Salvador, Petrópolis, Niterói, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Blumenau, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, além do Rio de Janeiro e São Paulo (Decca, 1991). O número de indústrias aumentava e a vida urbana, nos grandes centros, já podia ser comparada à das grandes cidades européias. Essa idéia foi reforçada pela reforma urbanística do Rio de Janeiro, efetuada por Pereira Passos no início do século. Percebe-se, afinal, no texto, a referência ao Rio de Janeiro, ao tratar-se das outras capitais do país.

Ter na agricultura a essência da economia brasileira, como veremos, não significava um problema. A crença nos dogmas spencerianos sobre a evolução da humanidade como tendência imanente ao progresso e à disposição inata para a felicidade, segundo uma ordem natural e social inexorável, difundiu, segundo Nicolau Sevcenko, a idéia de que era necessária a equiparação das pátrias num simbolismo de “riqueza, gosto elevado e consumo conspícuo”, onde seria vital a “interdependência entre os vários componentes do organismo social e das várias sociedades entre si” (grifo meu) (Sevcenko, 1983, p. 93). Esta filosofia reforçou a crença de que a base do progresso do país viria da agricultura. Assim, através da exportação de produtos agrícolas em larga escala e da importação de manufaturados e capitais europeus, estabelecia-se uma relação harmoniosa e de interdependência, através da qual o país participava da divisão internacional da

produção, “criando a idéia de que os parceiros econômicos estavam em condições iguais sempre que efetuavam uma troca” (Sevcenko, 1983, p. 92).

Neste contexto, se insere a tentativa de Bilac e Bonfim de identificar os elementos que funcionariam como catalizadores para a manutenção da ordem necessária para a consolidação da ordem econômica e política que beneficiava os interesses agropecuaristas dos quais eram representantes. Ressaltamos, como afirma Pesavento (1995, p. 23), que é “importante que se tenha em vista que intervêm no processo de formação do imaginário coletivo, manifestações e interesses precisos. Não se pode esquecer que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema”. Assim, através de máximas como “antes de tudo o dever, o homem vale unicamente por si mesmo ou o trabalho faz o homem”, Bilac e Bonfim elaboram imagens que impregnam o senso comum, fundando, no Brasil, um discurso sobre sua própria essência. O enraizamento destas imagens na idéia de uma identidade brasileira, pode ser medida pelo tempo em que esse livro foi re-editado: publicado em 1910, pela primeira vez, sua última edição data de 1962 (Lajolo, 1979)<sup>13</sup>.

Este texto mostra a preocupação de garantir a unidade do povo brasileiro, da necessidade de construção de uma identidade nacional, para que a dicotomia entre diferenças biológicas, raciais e de classe fossem superadas. O Estado, sob controle das oligarquias agrárias estaduais, seria abalado somente com os movimentos sociais, políticos e culturais da década de 20 (Escolanovismo, Tenentismo, Anarco-Sindicalismo, Socialismo, Comunismo entre outros), sendo o Modernismo<sup>14</sup> a expressão maior da consciência da necessidade de uma nova interpretação da realidade brasileira. A Semana da Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo entre 11 e 17 de fevereiro de 1922, pretende enterrar o arcadismo, o academicismo, o provincialismo, propondo para além da remodelação estética uma nova interpretação do homem e da sociedade brasileira. A crise de consciência dos intelectuais de vanguarda é expressa na produção literária nacionalista. O *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade de 1928 exorciza o *bon sauvage*: “Só a antropofagia nos une”. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. O Estado Nacional Burguês que nasce com a Revolução de 30, leva à recomposição do poder político e econômico, criando as condições materiais e culturais para a expansão capitalista no Brasil, conciliando e incorporando as insatisfações dos diferentes grupos e interesses em conflito, mas excluindo a população analfabeta da participação política até a Constituição de 1988.

## Referências bibliográficas

- BILAC, O. e BONFIM, M. *Através do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.
- DECCA, M.A.G. *Indústria, trabalho e cotidiano – Brasil, 1889-1930*. São Paulo: Atual, 1991 (História em Documentos).

13. *Através do Brasil*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921. Uma nova reedição, organizada pela Profa. Marisa Lajolo do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – Unicamp, foi publicada na coleção “Retratos do Brasil” pela Editora Cia. das Letras, no ano de 2000.

14. TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*, 8ª edição, Petropolis, Vozes, 1985.

- CARDOSO, V.L. (Org.). *À margem da história da República*. Tomo I. Brasília: UnB, 1981.
- FRAGO, A.V. Historia de la educación e historia cultural –possibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, n. 0, set-out-nov-dez 1995, p. 63-82.
- HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.
- LAJOLO, M. *Usos e abusos da literatura na escola*. 1979. (Tese de doutoramento) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PESAVENTO, S.J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- QUEIROZ, M.I.P. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. *Tempo social. Revista de sociologia da USP*. São Paulo, 1(1), p. 29-46, 1989.
- SEVCENKO, N. O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal. *Revista de História*. São Paulo, n. 114, p. 85-94, jan-jun, 1983.
- SPENCER, H. *Do progresso, sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, s.d.
- TELLES, G.M. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.